

Arlette Farge, **Effusion et tourment le récit des corps**, Paris, Odile Jacob, 2007, 249 páginas.

Neste livro a historiadora Arlette Farge volta o seu olhar para o *petit peuple*, ou seja, o “povinho”, composto por marginais de toda a sorte que perambulavam pela Paris setecentista. No entanto, o que se configura no referido estudo não é apenas uma história das minorias, mas uma visão sobre o corpo, procurando compreender a maneira como este se inscreveu (e foi inscrito) no espaço social.

Pesquisando nos arquivos judiciais do século XVIII e tentando apreender nestas fontes os gestos, as falas, as atitudes, as percepções e as emoções dos corpos marginalizados, a autora problematiza uma imagem até então desfigurada. A luta do corpo contra a fome e a sobrevivência, mas também contra o cansaço, a violência e as injustiças, mostrando os corpos como agentes da história.

A historiadora propõe um estudo a respeito da experiência política dos corpos, buscando nas suas fontes não apenas os acontecimentos vividos, mas a resposta dos corpos a tais eventos. Farge procura no século das luzes a vida dos homens infames, “não tanto por infamado(s), do que por sem fama nem glória” (Michel Foucault, *O Que É Um Autor?*, Lisboa, Passagens, 1992, p. 8), numa análise refinada que institui o corpo como espaço de felicidade ou infortúnio, lugar sobre o qual agem as exigências sociais e políticas. Nesta perspectiva, aos olhos das autoridades os corpos dos pobres são percebidos na sua promiscuidade. As suas manifestações de indignação ou de felicidade traduzem corporeidade e sensualidade, encaradas de forma negativa pelos de fora. O corpo do pobre mostra a sua maneira de viver, de agir, de resistir e de lutar, impondo e manifestando a sua presença ao longo da história.

A historiadora constrói pequenos fragmentos biográficos imbricados nos arquivos judiciários, resgatando formas simbólicas de sensibilidades pouco perceptíveis na longa duração. Em seis capítulos a autora problematiza a existência dos marginalizados no Antigo Regime, restitui-lhes o barulho, a palavra e a voz, mostrando como se processavam as relações entre si, bem como a sua maneira de viver e os relacionamentos entre homens, mulheres e crianças.

Como leitora e historiadora, acredito que uma das coisas que mais chamam a atenção no trabalho de Farge é a maneira como esta apreende, através de fontes escritas, o mosaico de gestos que seguem a fala, relacionando o oral e o gestual, ligando práticas discursivas e não discursivas e analisando a fala e os gestos: “A palavra supõe o gesto, um tom, os movimentos da face, tudo que insinua mundo das emoções. É a fala das sensações. Cres-

cido, o corpo é invadido pelo que sai de sua boca. O oral também é um gesto, uma maneira de erradicar uma semelhança de senso comum, vindo da interioridade do ser. O corpo se faz o rastro da declaração, transmitindo pelos gestos, a intenção das palavras, falam: os olhos, as mãos, acompanham os ombros, o tom e a intenção das palavras” (p. 66).

A autora destitui a normalidade aparente do acto de falar, mostrando que a palavra dita é envolvida por gestos, expressões e posturas de um corpo que tenta fazer-se compreender. Trata-se de práticas inscritas nos discursos enunciados pelos documentos judiciais do Antigo Regime. Sob esta perspectiva, acredito que Farge analisa as práticas não discursivas inscritas nos discursos a respeito dos corpos, parecendo tentar apreendê-las na sua sutileza, imbricadas na inteireza de sentido que dá forma ao discurso das autoridades a respeito dos marginalizados. Neste sentido, as falas, os sentimentos, as reacções do corpo, o lugar por ele ocupado, seja por decisão própria ou por imposição, podem ser percebidos como práticas não discursivas que ajudam a compor a efusão e o tormento dos corpos desenhados pela escritora ao longo do seu livro.

Sem direitos políticos reconhecidos pelo rei, muitas vezes vítimas de violência pelas autoridades, os corpos que perpassam o texto de Arlette Farge enfrentaram as mazelas e as injustiças sem nenhum intermediário além das suas próprias peles. O barulho e a desordem aparentes podem ser lidos como a sua única maneira de inserção, de se fazerem escutar numa sociedade que lhes era hostil. Farge enuncia não apenas a miséria que inscreve tais corpos na história, mas também as suas alegrias, esperanças, desejos e amores, compondo um tecido social vasto. Assim, no meio do burburinho que emana das suas fontes, reconstitui as solidariedades e as inimizades populares, o convívio com os vizinhos, apreendendo a fala, seja ela em forma de gritos ou sussurros, como eventos históricos.

A efervescência dos corpos produziu tipos de relações para as quais as autoridades não possuíam alfabeto, ou seja, não podiam compreender. Tal incompreensão resultou numa visão estereotipada na qual muitos gestos são percebidos como grosserias ou imbecilidades, tirando-lhes a amplitude, a força e mesmo a sutileza daquilo que enunciam. Sob esta perspectiva, a autora mostra que as emoções são actos sociais e a intensidade corporal através da qual se manifestam acabava por desestabilizar o quotidiano e as regras do bem viver de uma sociedade em mutação. A multidão aglomerada, o nomadismo, os indivíduos errantes, o modo de lidar com as crianças, eram maneiras de ser que afrontavam a desejada pelas autoridades.

Assim, a profusão de sentimentos expressos através dos corpos infames inscreve os marginalizados na história. Afrontando a imagem elegante que envolve o século das luzes e a sua efervescência cultural, Farge encontrou o murmúrio dos anónimos. Faz emergir tais existências, criticando a visão

estereotipada que divisa a vida popular apenas nos seus excessos e misérias, incapaz de perceber que só através do seu fervor foi possível resistir politicamente aos infortúnios. Foi nos actos sociais carregados de sensibilidades, ou seja, através das emoções, que os corpos e consciências modificaram a sua relação com o mundo para que este também se modificasse. Arlette Farge cumpre o seu propósito, isto é, restitui as sensibilidades dos corpos falantes e pensantes da Paris do século XVIII, mostrando que a liberdade, a igualdade e a fraternidade talvez não fossem possíveis sem a efervescência dos corpos nas suas alegrias e tormentos.

Viviane Trindade Borges  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dulce Freire, Inês Fonseca e Paula Godinho* (coords.), **Mundo Rural. Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)**, Lisboa, Edições Colibri, 289 páginas.

O conteúdo desta obra colectiva apresenta-se duplamente interessante. Em primeiro lugar, decorre da colaboração de cientistas sociais portugueses e espanhóis. A relação entre os estudiosos ibéricos tem sido fluida, mas não suficientemente intensificada, ficando patente nesta obra as potencialidades de uma colaboração mais estreita. O esforço de plasmar ambas as realidades deve ser alargado no futuro, principalmente no que se refere à componente espanhola, onde os estudos sobre a Galiza assumem a quase exclusividade. A compilação honra o espírito interdisciplinar, tantas vezes enunciado e tão poucas materializado, o que constitui a segunda aliciante deste livro. As visões sobre o passado trazidas por historiadores, sociólogos e antropólogos, juntamente com o contributo da agronomia, mostram as analogias e as coincidências das análises assentes em concepções, metodologias e também vocabulários bem diferentes. Evidenciam, ademais, a necessidade de congregar esforços por parte de vários cientistas sociais para se poder chegar a apreender a poliédrica realidade histórica. A origem deste livro, que remonta a um colóquio realizado em finais de 2000 na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, está precisamente associada a esse esforço de intensificação dos debates interdisciplinares no quadro da Península Ibérica.

Esta obra é, em si mesma, o melhor legado em prol da realização de estudos comparados. Um valor que não diminui, inclusive, quando se reconhece que não se tem apostado decididamente em empreender análises que